

Decadência e catástrofe social: Voluntariado como uma força genuína, necessária à mudança ***Decay, social disaster: Volunteering as a genuine force necessary for change***

José Luís Seixas*

1. O momento histórico que vivemos coloca insuspeitas perplexidades. Perfilados perante o cadáver de um moribundo, vemos, lemos e ouvimos um enorme cortejo de "sabichões" que, como os médicos de Molière lembrados por Bernanos, dão à "agonia do mundo um ar de farsa macabra".

Não sabemos o que o futuro nos espera. Ignoramos o desfecho de uma crise que é financeira e económica hoje, mas que tem na origem questões morais, de valores e de princípios. A mudança dos paradigmas que marcaram culturas, quotidianos e vidas não é indiferente a tudo quanto vivemos.

Os anos de ouro da Europa reconstruída da guerra e do "new deal" americano foram erigidos à sombra de duas grandes ideologias. Por um lado, a social-democracia, com forte tradição sindical e trabalhista e, por outro, a democracia-cristã, filha doutrinária da *Rerum Novarum*, conservadora e defensora da economia de mercado. Ambas convergiam no essencial: no humanismo, no primado da justiça social, na construção de um Estado que, embora capitalista, se regia pelos valores daquilo a que ambas designavam como "economia social de mercado".

O Ocidente – designadamente a Europa – cresceu economicamente e construiu uma sociedade solidária, potenciadora da riqueza e preocupada com a eliminação da pobreza. Foi uma época de ouro que criou gerações e gerações, designadamente a nossa, na expectativa de vidas seguras, protegidas e com futuro.

A Europa assumiu-se como projecto e conformou-se em espaço económico e político. Momentos históricos exultantes que tivemos o privilégio – todos nós – de vivenciar. Falámos do passado, porque, infelizmente, a emergência da crise financeira de 2008 que perdurou – com agravamentos imprevisíveis – até hoje tudo parece ter desmoronado.

2. O nosso passado recente, de bem-estar e de segurança, gerou também muitos anacronismos. A satisfação das necessidades essenciais, o progresso e o desenvol-

* Advogado. Foi Vereador da Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa (1990-1992), consultor da Casa Civil do Presidente da República (1998-2006); colaborou na organização e preparação do Ano Internacional dos Voluntários de 2001 / Lawyer. Councilor for Social Action of the Lisbon City Council (1990-1992), Consultant of the Civil House of the Portuguese President (1998-2006). Collaborator in the organization and preparation of the International Year of Volunteering 2001 (joselseixas@cscsa.pt)

vimento científicos permitiram que o Homem se julgasse dono de si próprio, indiferente ao seu semelhante e à sua comunidade, alheado do tudo aquilo que implicasse a diminuição da sua “felicidade” ou do seu “prazer”. Felicidade e prazer observados como fins em si mesmos, desígnios de vida e objectivos de futuro.

E tudo se foi tornando vazio. A demografia europeia e ocidental diminuiu abruptamente – as crianças eram constrangimentos e geram preocupações –, a resposta institucional foi acolhida como solução para os velhos, para os deficientes e para os desinseridos – a nuclearização familiar induzida por políticas sociais, financeiras e urbanísticas não consentia, em muitos casos, alternativas –, todas as imagens de sofrimento, de exclusão e de pobreza eram varridas da nossa consciência por entendermos que ao Estado cabia, com os nossos impostos, resolver os problemas e poupar-nos ao desagradável espectro da visualização da degradação.

Mas como as sociedades fortemente industrializadas, apesar de todas as revoluções tecnológicas, não dispensam mão-de-obra, eis que as vagas de imigração, provindas das “fronteiras da pobreza”, foram recebidas e toleradas, ainda que vigiadas e espacialmente isoladas das comunidades assépticas indígenas.

Nos anos 80 e 90, do século passado, o espectro cultural europeu modificou-se abruptamente. Uns souberam conviver com esta nova realidade – ademais necessária para que os sistemas (desde o produtivo ao social) funcionassem – e criaram políticas de inclusão de muito sucesso. As gerações de imigrantes sucederam-se e a vaga ampliou-se. Os filhos de imigrantes passaram a nacionais e a cidadãos de pleno direito naqueles Estados que foram de acolhimento de seus pais.

Uma viagem pela Europa e pelas grandes capitais europeias dá-nos essa imagem impressionante da dimensão da multiculturalidade.

3. Recordo-me de, como Vereador da Acção Social da Câmara de Lisboa, ter promovido uma conferência, no ido ano de 1991, sobre as minorias étnicas e a sua integração social. Visava apresentar um estudo encomendado ao Centro de Reflexão Cristã e coordenado pelo Eng. Alfredo Bruto da Costa e pelo Dr. Manuel Pimenta. Esse estudo, assente num vasto leque de entrevistas e num profundo trabalho de campo e de pesquisa, permitia, já então, a conclusão de que o grau de integração e inserção social das minorias étnicas – e, de um modo geral, dos imigrantes – estava directamente dependente da situação económica do País.

A convivência, mesmo nos bairros e zonas degradadas, era possível na medida em que o imigrante não disputasse a “sobrevivência” com o nacional. Esta constatação permitiu a noção, então muito em voga, de que em Portugal não haveria racismo – na sua acepção cultural –, mas, quando muito, racismo económico e social, como fenómeno decorrente da disputa da casa, do emprego, do subsídio público.

4. Por essa ocasião, o “Movimento Eurocidades” – que reunia os municípios das maiores cidades europeias – realizou uma reunião em Barcelona subordinada, precisamente, a este tema. Recordo-me muito bem dos sucessivos (e impressionantes) alertas que os Presidentes das Câmaras de Antuérpia, de Roterdão, de Marselha, entre outros, deixaram. Todos no mesmo sentido. E todos pressagiando duas coisas: uma gravíssima conflituosidade intercultural logo que a crise económica determinasse o crescimento do desemprego e da pobreza e, concomitantemente, o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita, racistas, xenófobos e nacionalistas. Repito. Tudo isto em 1991, ou seja, há mais de vinte anos.

5. Não há, pois, nenhuma razão séria para ficarmos perplexos com os acontecimentos recentes de Londres, réplica de outros ocorridos em França e na Holanda.

A Europa é hoje um corpo anafado, inerte, incapaz de se mexer, comprimido pelas suas adiposidades e relaxamentos. Parece uma daquelas matronas que, deitadas em almofadas desbotadas de cambraia e cetim, em poses ensaiadas e ridículas, se contemplam ao espelho incapazes de se verem na decadência em que se transformaram.

E esta caducidade presunçosa cega-a de tal sorte que ainda não reparou que a sua fealdade decorre da incapacidade de se regenerar nos seus valores fundacionais que lhe deram uma cultura, um destino, um desenvolvimento, um saber e um futuro ímpares.

6. Ora, o voluntariado, enquanto sentido de afirmação cívica, ou decorrência de profissão religiosa, é uma das heranças essenciais desses valores que se perderam.

E foi e será o voluntariado que poderá controlar e minimizar estes efeitos devastadores que a crise prenuncia.

O voluntariado, visto como acto consciente de dádiva individual, de partilha e de comunhão, na busca de uma única recompensa traduzida no enriquecimento pessoal de quem o realiza, é a força da mudança mais genuína e necessária que estes momentos reclamam. Com um Estado falido, só se pode esperar ajuda de quem sente no outro a projecção de si próprio.

7. No Ano Internacional do Voluntariado que teve lugar em 2001 foram debatidas muitas questões orgânicas e institucionais. As conclusões, essenciais para quem estuda estas matérias, tiveram como enfoque essencial a visibilidade do trabalho voluntário, o seu relevo curricular, a necessidade de uma reforma legislativa que acautelasse os direitos laborais dos voluntário, a criação do banco de voluntários, o incremento do voluntariado especializado em detrimento do espontâneo, etc. As discussões, a imensa bibliografia então produzida e editada, constituem elementos imprescindíveis de reflexão.

8. Mas, como jurista que sou há muitos anos, posso assegurar que nenhuma norma jurídica, nem nenhum sistema legal terão sucesso e aplicação devida se estiverem fora do seu tempo e desenquadrados do seu contexto.

Ora, hoje os problemas sociais são de tal sorte que só a informalidade, ainda que obviamente técnica e institucionalmente enquadrada, poderá dar resposta.

A brutal dimensão da “catástrofe social” que ameaça toda a Europa e os Estados Unidos e, indirectamente, todo o mundo, comporta desafios novos e novas respostas. As projecções que alguns analistas laboram das percentagens de famílias a submergir na pobreza e, concomitantemente, a ausência de recursos públicos para minorar os efeitos devastadores que um tal cenário comportará impõe um juízo de prognose elementar: à sociedade civil, organizada em torno das suas comunidades, das suas igrejas, dos seus pilares de identidade e de comunhão, caberá o repto essencial de interagir com estas problemáticas que, não sendo novas, nunca terão sido tão profundas.

Não é, porventura, este o momento para se discutirem modelos, nem arquétipos, nem diplomas. É tempo de consciencializar em campanhas de proximidade os cidadãos que a ninguém é lícito ignorar o sofrimento, a solidão, a pobreza ou a exclusão de um ser humano, seu concidadão ou não.

9. É, enfim, tempo de recordar que ninguém imigra por gosto. Ninguém abandona a sua terra e os seus por mero capricho. A imigração é, desde logo, uma denúncia das desigualdades sociais e das assimetrias de desenvolvimento que percorrem o Mundo. Por isso mesmo, é cada vez mais actual o apelo bíblico: *“Não oprimirás o estrangeiro que vier viver contigo na tua terra; amá-lo-ás como a ti mesmo, porque foste estrangeiro na terra do Egipto.”*

10. Finalizando: estas observações são apenas isso mesmo: observações. Não constituem sequer motivo de ponderação séria e destoarão relativamente à obra que, por convite generoso e amigo, foram chamadas a integrar. Não escondem nem branqueiam os actos de terror e vandalismo que têm ocorrido nas semanas que antecederam a sua elaboração. A lógica da exculpação das práticas criminais, muito defendida por algumas correntes da Sociologia Criminal, terá de ceder perante os valores da protecção e da vida em segurança das comunidades e dos cidadãos. Londres foi disso mesmo exemplo. Foram as próprias minorias que reagiram antes da polícia na defesa dos seus bairros. Por outro lado, os tempos que vivemos não permitem conclusões, nem perspectivas, nem prenúncios. O Mundo está demasiadamente estranho para sairmos da trivialidade e do senso comum.